



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato: 3221 6161

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
18/04/2012



| | | |
|------------------|------------------------|------------------------|
| Veículo: | Notícias do Dia | |
| Editoria: | Editorial | Data: 18/4/2012 |
| Assunto: | Uma decisão inoportuna | Pág: 6 |

EDITORIAL

Uma decisão inoportuna

Premido pela necessidade de elevar os ganhos dos professores, seja por força de lei, seja pela constatação elementar de que os salários estavam muito baixos, o governo estadual enfrentou no ano passado uma greve de mais de 60 dias. A causa foi, de um lado, a má herança deixada pela administração anterior, que não cumpriu a chamada “lei do piso”, e de outro a decisão de compactar os vencimentos, sacrificando quem tinha mais tempo de serviço e títulos de pós-graduação. A impossibilidade de conceder aumento linear a toda a categoria também

foi usada como argumento pelo Estado.

Agora, repetindo uma postura que colocou em risco o ano letivo de 2011, os professores decidem parar de novo, negando-se a aceitar a tabela proposta, que volta a considerar a progressão salarial em função dos anos de trabalho. Desta vez, a postura do governo foi mais clara, embora peremptória, oferecendo a possibilidade de reajuste escalonado, dentro da disponibilidade orçamentária vigente. Viu-se ontem que a categoria está dividida, por entender que o governo não blefa, pois age dentro de uma realida-

de contábil da qual não pode descuidar.

O ideal seria que mais professores pensassem dessa forma, ou seja, dessem ao governo a oportunidade de colocar em prática a nova tabela, apostando num incremento futuro da receita e na conseqüente elevação média em todas as faixas de rendimento. Num momento em que o Estado está prestes a perder R\$ 1 bilhão em arrecadação, por conta da “guerra dos portos”, é preciso pensar nos interesses da sociedade, dos pais e alunos, e não apenas nos de uma categoria funcional.



| | | |
|------------------|----------------|------------------------|
| Veículo: | A Notícia | |
| Editoria: | Cláudio Prisco | Data: 18/4/2012 |
| Assunto: | Greve | Pág: 18 |

GREVE

No dia em que o Senado, pressionado pela União, compromete na raiz as finanças do Estado, o Magistério quer a aplicação da tabela de descompressão de uma só vez.



| | | |
|------------------|-----------------|------------------------|
| Veículo: | Notícias do Dia | |
| Editoria: | Paulo Alceu | Data: 18/4/2012 |
| Assunto: | Greve? | Pág: 2 |

Greve?

Uma paralisação para ser exitosa tem que ter o apoio da sociedade, reconhecendo a reivindicação e respaldando a categoria. Torna-se mais forte. Foi assim, no início da greve passada do magistério. A população reconhecia a luta pelo piso salarial e defendia os professores. Agora não. Estamos diante não de uma greve representativa de uma categoria, que de repente se sente alijada e desrespeitada por um governo. Mas uma greve sindical, que tem por meta atingir o governo, com ingredientes, inclusive, eleitorais. Desculpe. Tenho o maior respeito pela profissão dos mestres. Numa negociação é comum ceder para, lá na frente, recuperar. Faz parte do processo. Não havia rompimento havia diálogo. O governo pode não ter apresentado a proposta ideal, mas não se negou a conversar e muito menos a buscar uma solução sintonizada com a realidade atual. Pelo visto, negociação para o Sinte é aceitar o que os representantes sindicais exigem, caso contrário, não há conversa. Isso é radicalismo. E dentro desse espírito o maior atingido, outra vez, é o aluno.

Em tempo: o governador Raimundo Colombo, de Brasília, onde amargava uma derrota que afetar os cofres do Estado, considerou uma "deslealdade do Sinte, uma falta de bom-senso, num momento tão difícil." Considerou que se já era complicado honrar com a proposta apresentada agora será muito mais com a perda de R\$ 1 bilhão por ano.



| | | |
|------------------|------------------------------|------------------------|
| Veículo: | Diário Catarinense | |
| Editoria: | Reportagem Especial | Data: 18/4/2012 |
| Assunto: | Sem consenso, greve é adiada | Pág: 6 |

SÓ NA SEGUNDA-FEIRA

Sem consenso, greve é adiada

Professores da rede estadual rejeitaram proposta do governo e decidiram paralisar a partir de segunda-feira

JULIA ANTUNES LORENÇO

Em decisão não unânime, professores da rede estadual votaram pela greve, ontem, em assembleia na Capital. Para mobilizar mais a categoria e conversar com pais e alunos, o início da paralisação, previsto para ontem, foi adiado para segunda-feira.

Este é o segundo ano seguido de paralisação na rede estadual, que tem 640 mil alunos. Sobre o número de presentes, o Sinte informou que alugou duas mil cadeiras. Todas estavam ocupadas. Além disso, haviam mais professores em pé.

A coordenadora do sindicato, Alvette Bedin, espera que até segunda-feira haja uma nova reunião com o governo e que uma outra proposta seja apresentada. Um documento comunicando a decisão e pedindo novas negociações será enviado hoje ao secretário da Educação,

Eduardo Deschamps.

– Nós estamos abertos para conversar. Caso o governo queira ver os professores de volta na sala de aula, ele terá que apresentar algo novo – ressaltou.

Se não houve consenso pela greve, foi unânime a rejeição da proposta salarial, apresentada pelo governo, na segunda-feira. Com ela, a tabela salarial do magistério teria uma descompressão, aumentando a diferença salarial entre os níveis de formação, até dezembro de 2013. A primeira parcela de reajuste seria repassada em agosto deste ano.

Os docentes não concordam, porque pedem que o reajuste de 22% dado ao piso nacional do magistério, em fevereiro, seja repassado a todos os professores, neste ano, e sem parcelamento, como foi sugerido. Eles alegam que não podem aguardar até 2013, porque no próximo ano haverá um novo aumento do piso.

Diferente de 2011, o começo da greve começa sem mobilização de todo o magistério. As 30 assembleias regionais,

que antecederam essa, não tivera uma posição única: 12 escolheram aderir à decisão do encontro estadual, quatro não queriam a paralisação, outras quatro queriam a greve e 10 não deram uma definição. Ao final da assembleia, os professores seguiram para uma passeata pelas ruas do Centro.

Governo descontará os dias parados

Desconto dos dias parados e outras ações, que serão acertadas com diretores das escolas para garantir a normalidade das aulas são decisões que serão tomadas pela Secretaria de Estado da Educação a partir da próxima semana.

– Vamos trabalhar para não prejudicar os alunos. Não há motivo para não ter aula, já que essa foi a decisão de uma minoria. As faltas dos professores serão descontadas e depois discutiremos isso com a categoria – ressaltou o secretário

da Educação, Eduardo Deschamps.

Ele lamentou a decisão do magistério. Para Deschamps, o contexto deste ano é diferente do ano passado, porque o governo iniciou as negociações com os professores antes da greve começar. O secretário acrescenta que o Estado já cumpre a Lei Nacional do Piso, que não garante reajuste à toda categoria.

O secretário voltou a enfatizar que não haverá negociação com a categoria em greve e que não apresentará nenhuma proposta até segunda-feira. O governador, Raimundo Colombo, que estava em Brasília, considerou a decisão dos docentes injusta e desleal.

– Não é possível. É um desrespeito total. Querem inviabilizar o Estado.

Estudantes preocupados

A greve traz preocupação também para os alunos. Na Escola Bom Pastor, em Chapecó, este foi o assunto ontem, dia em que ficaram sem aula porque parte dos professores estavam na assembleia. Luis Henrique Balbinot Paludo, 13 anos, acha justo pedir melhor salário, mas a greve atrapalha o ensino.

– No ano passado quando voltaram da greve, explicavam pela metade.

– A gente se ferra no final – completou Keythleen Ambrósio, 13 anos.

Lara Debona, 12 anos, disse que não pretende enfrentar outra greve:

– Vou para um colégio particular.

Leticia Dalla Vecchia conta que a irmã foi prejudicada na greve de 2011.

– Estava terminando o Ensino Médio e perdeu conteúdo que caiu no vestibular.



| | | |
|------------------|---|------------------------|
| Veículo: | A Notícia | |
| Editoria: | AN.estado | Data: 18/4/2012 |
| Assunto: | Educação avisa que vai parar na segunda | Pág: 12/13 |

Educação avisa que vai parar na segunda

Professores rejeitaram proposta do governo e decidiram, ontem à tarde, fazer nova greve. Sindicato espera nova reunião

Em decisão por maioria, professores da rede estadual votaram pela greve, ontem, em assembleia geral, no CentroSul, em Florianópolis. Para mobilizar mais a categoria e explicar aos alunos e aos pais os motivos da posição tomada, o início da paralisação, previsto para ontem, foi adiado para a próxima segunda-feira.

Até a semana que vem, as 30 regionais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) irão às escolas chamar os profissionais para aderirem ao movimento. Este é o segundo ano seguido de paralisação na rede estadual, que tem 640 mil alunos. Sobre o número de presentes, o Sinte informou que alugou 2 mil cadeiras. Todas estavam ocupadas. Além disso, havia mais professores em pé.

A coordenadora do sindicato, Alvetê Bedin, espera que até segunda-feira haja uma nova reunião com o governo e que uma outra proposta seja apresentada. Um documento comunicando a deci-

são e pedindo novas negociações foi enviado hoje ao secretário da Educação, Eduardo Deschamps. “Nós estamos abertos para conversar. Caso o governo queira ver os professores de volta à sala de aula, ele terá que apresentar algo novo”, ressalta Alvetê.

Se não houve consenso pela greve, foi unânime a rejeição da proposta salarial, apresentada pelo governo, na segunda-feira. Com ela, a tabela salarial do magistério teria uma descompressão, aumentando a diferença salarial entre os níveis de formação, até dezembro de 2013. A primeira parcela de reajuste seria repassada em agosto deste ano.

Os docentes não concordam porque pedem que o reajuste de 22% dado ao piso nacional do magistério, em fevereiro, seja repassado a todos os professores, neste ano, e sem parcelamento, como foi sugerido. Eles alegam que não podem aguardar até 2013, porque no próximo ano haverá um novo aumento do piso.

Diferentemente de 2011, o início da greve começa sem mobilização de todo o magistério. As 3 assembleias regionais, que antecederam a assembleia geral, não tiveram posição única: 12 escolheram aderir à decisão do encontro estadual, quatro não queriam paralisação, outras quatro queriam a greve e dez não deram definição. Ao final da assembleia, os professores foram para uma passeata pelas ruas do Centro.

Decisão de minoria, diz secretário

Desconto dos dias parados e outras ações, que serão acertadas com diretores das escolas, para garantir a normalidade das aulas, são decisões que serão tomadas pela Secretaria de Estado da Educação a partir da próxima semana.

“Vamos trabalhar para não prejudicar o aluno. Não há motivo para não ter aula, já que essa foi a decisão de uma minoria. As faltas serão descontadas e depois

discutiremos isso com a categoria”, ressalta o secretário da Educação, Eduardo Deschamps.

Ele lamenta a decisão do magistério. Para Deschamps, o contexto deste ano é diferente daquele do ano passado, porque o governo iniciou as negociações com os professores antes de a greve começar. O secretário acrescenta que o Estado já cumpre a lei nacional do piso, que não garante reajuste a toda categoria.

O secretário voltou a enfatizar que não haverá negociação com a categoria em greve e que não apresentará nenhuma proposta até segunda-feira. O governador Raimundo Colombo, que estava em Brasília, considerou a decisão dos docentes injusta e desleal. Ele ainda acrescenta outra derrota do Estado, que deve perder R\$ 1 bilhão em receitas anuais com a provável aprovação, hoje, da resolução 72 no Senado. “Não é possível. É um desrespeito total. (Os professores) Querem inviabilizar o Estado”, declarou Colombo.



Conselho critica decisão do sindicato

A decisão por uma nova greve na rede estadual foi duramente criticada ontem pelo Conselho Estadual de Educação. “É uma infelicidade, já que o governo do Estado vinha cumprindo a lei do piso. Na greve do ano passado, eu apoiei. Desta vez, não concordo e acho que o Sinte deve se explicar”, afirma o presidente da entidade, Maurício Pereira.

Além disso, aponta, os aumentos superam quase todas as outras categorias de profissionais. “Professor ganha pouco? Sim, mas os nossos tiveram aumento em todos os níveis”, diz.

Pereira considera que o Sinte não está fazendo mais do que obrigação em falar em reposição. “A qualidade do ensino está em xequê. Óbvio que tem que recuperar, mas é evidente a perda”, observa.

Para ele, os pais têm razão para estarem preocupados: “A autoestima da criança também é afetada. A pergunta hoje é: greve de novo?”

Cerca de 70% dos professores da Regional da Grande Florianópolis participaram ontem da assembleia, informa a Secretaria de Estado da Educação. Pela manhã, o movimento foi normal. As salas estiveram mais vazias à tarde, no horário do encontro no CentroSul.

Das 22 salas de séries iniciais no Instituto Estadual de Educação (IEE), 11 funcionaram normalmente à tarde, com estudantes do 2º ao 5º ano. No dia anterior, explicou a diretora Ângela Zavarize, os professores conversaram com os alunos e informaram os pais. “Nossa posição é de respeitar a decisão dos docentes que optam em dar aulas ou ir participar da assembleia”, contou.

“É um crime contra os alunos”, considera pai

Aurélio Pereira é pai de um aluno de terceiro ano do ensino médio no Instituto Estadual de Educação (IEE). Tem quatro netos em escola pública. Para ele, a greve é um crime praticado pelo governo de Santa Catarina e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação da Rede Pública (Sinte) contra os estudantes. Especialmente para aqueles que estão no 3º ano do ensino médio e que vão prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e vestibular.

“Nós, pais, cumprimos com a nossa obrigação, que foi matricular os filhos. Agora, governo e Sinte vêm aumentar essa angústia que se repete há anos”, reclama.

Na greve passada, pais de alunos ingressaram com uma ação na Justiça solicitando que fosse cobrada a responsabilidades do governo e magistério porque o direito à educação estava sendo negado. O pedido foi indeferido. “Assim também faz

o governo, que vem e passa a mão na cabeça do professor, como se ele não tivesse obrigações”, diz. Pereira afirma que já ouviu de pais que seus filhos não tinham condições de passar de ano, o que ocorre por causa da reposição às pressas. “Os professores ficam sem moral para reprovar o aluno.”

Para Pereira, uma das saídas que podem ser buscadas neste ano é o Ministério Público. “Alguém precisa botar ordem nesta bagunça.”

Diretora de Educação Básica na Secretaria de Educação, a professora Scheila Mirins também considera que o maior impacto da greve será para alunos do ensino médio. “São eles e suas famílias que tradicionalmente nos procuram. Neste ano, o calendário escolar foi composto de forma que não tenha aulas aos sábados. Isso significa que, dependendo da duração do movimento, as aulas vão avançar nas férias”, comenta.

Em todo o Estado, aulas comprometidas

Enquanto os professores estavam em assembleia em Florianópolis, ontem, várias cidades ficaram com as escolas parcial ou totalmente sem aulas. Em Chapecó, na Marechal Bormann, 996 alunos ficaram sem professor. “Eles decidiram paralisar hoje (ontem), mas a maioria não deve aderir à greve”, afirmou o diretor René Ternus.

Na Escola Zélia Scharff, que tem 1,8 mil alunos, o diretor Jubilei Dalcin disse que apenas uma turma teve aula. Na Bom Pastor, seis professores não compareceram, segundo a direção. Os alunos tiveram que ficar no pátio.

Em Lages, apenas uma escola ficou fechada. O conselheiro do Sinte e ex-coordenador do sindicato em Lages, Enio Ribeiro, diz que na cidade a greve precisará ser construída aos poucos, de escola em escola, e que o objetivo é atingir pelo menos os 92% de adesão registrados na greve do ano passado.

A REDE ESTADUAL

1.112

escolas

640 mil

alunos matriculados (em 2012)

65,8 mil

professores

Professores

| | |
|----------|----------|
| inativos | 24 mil |
| efetivos | 22 mil |
| ACTs* | 19,8 mil |

*ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO



| | | |
|------------------|--|------------------------|
| Veículo: | Notícias do Dia | |
| Editoria: | Ponto Final | Data: 18/4/2012 |
| Assunto: | Antes da greve, o bom senso do diálogo | Pág: 31 |

Antes da greve, o bom senso do diálogo

É inacreditável que, um ano depois, e tantas conquistas consolidadas, o magistério estadual possa recorrer novamente ao recurso da paralisação completa das atividades, conforme a assembleia geral de ontem decidiu. Com o devido respeito que tenho aos mestres – principalmente por ter sido, desde sempre, aluno da rede pública (municipal, estadual e federal) – não posso admitir que a única solução visível ou possível seja a decretação da greve. Os professores precisam esgotar todas as possibilidades de negociação antes de partir para um

confronto desgastante e difícil, que desequilibra o sistema de ensino, prejudica os alunos e os pais e, de forma geral, estimula o conflito antes do diálogo. Como há um prazo para o início da paralisação – a próxima segunda-feira (23) –, tomara que, até lá, magistério e autoridades estaduais tenham o bom senso de chegar a um acordo definitivo e indispensável à normalidade da educação estadual. Esta é, pelo menos, a esperança da sociedade catarinense, aturdida de novo, com essa notícia tão desagradável, surgida no calor da disputa eleitoral que se avizinha.



| | | |
|------------------|--------------------|------------------------|
| Veículo: | Diário Catarinense | |
| Editoria: | Moacir Pereira | Data: 18/4/2012 |
| Assunto: | A dupla derrota | Pág: 3 |

A dupla derrota

Os adversários de Raimundo Colombo resumiram o dia como o de dupla derrota política. Não teve êxito nas investidas e articulações em Brasília para tentar impedir a aprovação da Resolução 72 do Senado e os professores decidiram, em assembleia, fazer greve nas escolas estaduais a partir de segunda-feira, dia 23.

Os correligionários e aliados do governador admitiram os dois reveses, mas enfatizando que eles foram do povo, não só do governo. A avaliação sobre as consequências das duas decisões, contudo, virão nos próximos meses. Cenários imprevisíveis. De um lado, incertezas sobre o volume de fuga dos importadores dos municípios portuários; de outro, dúvidas sobre a adesão à greve e a reação das comunidades. A Resolução 72 será um desastre para o governo e vários municípios catarinenses, advertem o governador e os secretários, com respaldo da Federação Catarinense dos Municípios, que, embora tardiamente, também se posicionou contra a matéria.

O governador jogou a toalha antes que a proposição fosse votada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Considerou frustrante a audiência com o ministro Guido Mantega e criticou a decisão do governo de tratorar a base aliada. O Planalto aprovou nas comissões e hoje leva ao plenário.

Nos meios políticos e empresariais, ficou a impressão de que Santa Catarina acordou tarde na mobilização contra a aprovação da resolução. Ela foi apresentada em 2010 pelo senador Romero Jucá, então líder governista, atendendo a pedido das empresas de São Paulo.

Os prejuízos já levantados vão da perda da receita estadual de R\$ 1 bilhão à redução dos repasses aos municípios de R\$ 250 milhões, fechamento de empresas nas regiões portuárias, desemprego e até prejuízo ao agronegócio.

GREVE

A decisão da assembleia estadual dos professores surpreendeu o governo, alguns segmentos da sociedade e até parcela do magistério. Até a hora da votação nem os líderes faziam prognósticos sobre a proposta que seria aprovada. A divisão estava presente nas redes sociais, nas posições dos membros do Conselho Estadual do Sinte, nas posições das regionais do sindicato e até nos discursos da assembleia estadual.

Está criado um novo e delicado impasse na educação de Santa Catarina. O governo já vem pagando o novo piso salarial de R\$ 1.451. O benefício contempla, hoje, 30 mil professores, segundo a Secretaria da Educação, aí incluídos os inativos, de um total de 64 mil. Quer dizer: metade do magistério recebe piso no Estado. Falta aplicá-lo na carreira. O dilema é que ninguém sabe quais os salários que agora serão pagos aos professores acima do piso, especialmente aos que têm graduação, mestrado e doutorado, os mais prejudicados pela compactação salarial. Não há previsões também sobre duas questões vitais para a educação: 1. Qual o nível de adesão da greve a partir da próxima segunda-feira, diante de resistências de parcela dos professores e de setores da sociedade; 2. Que encaminhamento legal o governo dará aos novos salários. Enviará projeto à Assembleia com a última proposta rejeitada pela assembleia do Sinte?

Sabe-se apenas, pela palavra do secretário Eduardo Deschamps, que as negociações estão encerradas com o Sinte e que haverá corte no ponto dos grevistas.

Origem do impasse: os professores querem o pagamento do reajuste de 22% na carreira, a partir de janeiro de 2012. O governo alega falta de caixa e propôs parcelamento até dezembro de 2013.



| | | |
|------------------|-----------------------------|------------------------|
| Veículo: | Notícias do Dia | |
| Editoria: | Cidade | Data: 18/4/2012 |
| Assunto: | Com greve, não tem conversa | Pág: 4 |

Com greve, não tem conversa

Confronto. Em assembleia, professores do Estado rejeitaram proposta do governo

FLORIANÓPOLIS — O ano letivo nas escolas estaduais está novamente comprometido pela ameaça de greve dos professores. Em assembleia estadual, realizada ontem à tarde, no CentroSul, na Capital, a categoria rejeitou, por unanimidade, a proposta de reajuste do governo. A opção por paralisar as atividades a partir de segunda-feira dividiu opiniões, mas acabou vencendo.

De acordo com o Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), os professores decidiram entrar em greve só a partir de segunda-feira para terem tempo de esclarecer aos pais e alunos os motivos da paralisação, além de organizar e discutir as próximas ações. A decisão atinge cerca de 42 mil profissionais em todo o Estado.

Para o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, faltou bom senso da categoria na hora de discutir sobre a proposta apresentada pelo governo na última segunda-feira.

“Com categoria parada, não há negociação. Se eles nos procurarem até esta sexta-feira, poderemos conversar, mas não vamos procurá-los. Nossa proposta se mantém”, afirmou. Deschamps salientou que o governo cumpre a lei do piso salarial e que a proposta contempla os professores de uma forma geral, sem achatar a tabela. De acordo com ele, desde abril do ano passado, o salário de alguns profissionais dobrou de valor.

Nos próximos três dias, a secretaria vai abrir conversas com gestores das escolas estaduais para manter as atividades normais no período de greve. Deschamps garantiu que as faltas dos professores que aderirem à greve serão lançadas no sistema e descontadas posteriormente, caso não haja reposição. “A reposição não é a melhor maneira. Verificamos o que aconteceu no ano passado. A greve de 62 dias atingiu 380 mil alunos, o equivalente a 60% dos estudantes catarinenses”, comentou.

Pais revivem drama do ano passado

Os pais já se preparam para mais uma greve na educação. A vice-presidente da APP (Associação de Pais e Professores) da Escola Getúlio Vargas, no Saco dos Limões, Simone Cristina Alves, disse que os pais devem conversar e buscar soluções para a possibilidade de paralisação prolongada.

“Vamos ver o que será decidido pelos professores, mas é possível que

os pais façam uma manifestação. No ano passado, foi horrível. As crianças tiveram que repor aulas nas férias. Se os pais pudessem decidir, não teria greve”, afirmou ela, que já está preocupada com a vida das duas filhas, de 10 e 13 anos.

Simone acredita que a adesão não será completa na escola, mas teme, principalmente, pelos estudos da menina que está na 7ª série, que foi a que mais perdeu com a greve de 2011.

REFLEXOS DA ÚLTIMA GREVE

Para lembrar toda a polêmica

Em 18 de maio de 2011, os professores estaduais, reivindicando o pagamento do piso nacional da categoria, iniciaram uma greve, que teve a duração de 62 dias.

Devido à greve, o calendário escolar sofreu alterações:

As férias de julho de 2011 ficaram comprometidas. Ocorreu reposição das aulas de 10 dias de paralisação entre 18 e 29 de julho, período do recesso escolar

Ocorreram aulas no feriado de 7 de Setembro e nos pontos facultativos do dia 28 de outubro e no dia 15 de novembro

Algumas escolas fecharam o ano no dia 20 de dezembro de 2011; outras, no dia 30; e, as que tiveram mais adesão à greve, acabaram o ano letivo no dia 6 de janeiro de 2012

Neste ano, as aulas iniciaram no dia 14 de fevereiro

Sindicato espera nova oferta salarial para retomar as negociações

A proposta do governo prevê uma nova tabela salarial para a categoria com seis níveis – que indicam a formação do profissional – e dez referências – que viabilizam a progressão salarial diante dos anos de trabalho. Os reajustes para cada profissional, de acordo com nível e referência, poderiam variar.

Dessa forma, por exemplo, um professor, em nível superior, que recebia em abril de 2011 R\$ 993,16, passaria a receber

R\$ 1.886,13. O governo quer aplicar os novos reajustes em cinco parcelas: em agosto de 2012, janeiro, maio setembro e dezembro de 2013.

Os professores não aceitaram a proposta. Segundo eles, a tabela propõe mudanças pequenas nos salários, que não chegam ao índice de 22,22% reivindicado nas negociações. Esse foi o reajuste concedido ao piso nacional do magistério, que chegou a R\$ 1.451. Segundo Alvette Berlin, presidente

do sindicato, a categoria não vai aceitar o parcelamento do reajuste. “Queremos que o governo apresente nova proposta”, complementou.

Depois da assembleia estadual, os professores seguiram em passeata até a Secretaria de Estado da Educação, onde se juntaram aos integrantes da 3ª Marcha dos Catarinenses. Os trabalhadores reivindicavam trabalho com melhores condições, saúde, educação, segurança, reforma agrária e o fim da terceirização



| | | |
|------------------|--------------------|------------------------|
| Veículo: | Diário Catarinense | |
| Editoria: | Roberto Azevedo | Data: 18/4/2012 |
| Assunto: | Para esquecer | Pág: 6 |

Para esquecer



Ontem não foi o dia do governador Raimundo Colombo. Depois de longo debate na CAE do Senado, com derrota na questão do ICMS sobre as importações, e intensas reuniões com o vice-governador de Goiás, José Eliton Júnior, e o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, soube da decisão dos professores públicos estaduais em entrar em greve, a partir de segunda-feira, e desabafou:

- Faltou bom senso. Não é o momento para isso.

Os professores decidiram não aceitar o prazo para a descompressão da tabela salarial, nos seis níveis sugeridos pelo governo, e o Sinte percorrerá as escolas para convencer a categoria a aderir ao movimento. Colombo reclamou que o Sinte não pesou as consequências, enquanto o governo federal retira recursos do Estado.

- Querem inviabilizar o Estado
- disse o governador.